

Canários: Pedagogia Vocal, feminismo decolonial e a dominação simbólica das mulheres nos cantos populares do Brasil

Simone Franco Valle

Universidade Federal do Rio de Janeiro
orcid.org/0009-0008-9300-2158
simonefrancovalle@gmail.com

VALLE, Simone. Canários: Pedagogia vocal, feminismo decolonial e a dominação simbólica das mulheres nos cantos populares do Brasil. **Revista da Abem**, [s. l.], v. 33, n. 1, e33118, 2025.





Canários: Pedagogia vocal, feminismo decolonial e a dominação simbólica das mulheres nos cantos populares do Brasil

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão que integra Educação Musical, Pedagogia Vocal, Etnomusicologia e Estudos de Gênero. Busca investigar como as estruturas patriarcais, racistas e coloniais se manifestam nas práticas pedagógicas, especialmente na dominação dos corpos e vozes femininas. Situamos o debate no âmbito dos cantos populares do Brasil. O referencial teórico se utiliza de discussões advindas do feminismo decolonial e do ecofeminismo, que oferecem uma lente crítica para analisar as relações de poder e dominação simbólica presentes na educação vocal. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica nas áreas citadas, articulando conceitos e debates que evidenciam as dinâmicas de opressão e resistência presentes nas práticas vocais. Observamos que o canto pode atuar tanto como instrumento de dominação quanto como ato político e processo de cura subjetiva, o que ressalta a importância de uma pedagogia inclusiva, libertadora e que valorize saberes não hegemônicos e modos diversos de expressão vocal. Destacamos a relevância de repensar a pedagogia vocal sob uma perspectiva plural e crítica para ampliar o debate sobre a colonialidade das práticas musicais e fomentar discussões sobre a emancipação das mulheres nos contextos populares.

Palavras-chave: Educação Musical, Feminismo Decolonial, Ecofeminismo, Pedagogia Vocal, Canto popular.

Canaries: Vocal Pedagogy, decolonial feminism, and the symbolic domination of women in Brazil's popular songs

Abstract: This article proposes a reflection that brings together Music Education, Vocal Pedagogy, Ethnomusicology, and Gender Studies. It seeks to investigate how patriarchal, racist, and colonial structures manifest in pedagogical practices, especially in the domination of female bodies and voices. The discussion is situated within the context of Brazilian popular singing. The theoretical framework draws on debates from decolonial feminism and ecofeminism, which offer a critical lens to analyze power relations and symbolic domination present in vocal education. The adopted methodology consists of bibliographic research in the aforementioned fields, articulating concepts and debates that highlight the dynamics of oppression and resistance in vocal practices. Singing is observed as both a potential instrument of domination and a political act and process of subjective healing, emphasizing the importance of an inclusive and liberating pedagogy that values non-hegemonic knowledge and diverse modes of vocal expression. This study underscores the relevance of rethinking vocal pedagogy from a plural and critical perspective in order to broaden the debate on the coloniality of musical practices and to foster discussions on the emancipation of women in popular contexts.

Keywords: Music Education; Decolonial Feminism; Ecofeminism; Vocal Pedagogy; Gender Oppression; Popular Singing.

Canarios: Pedagogía Vocal, feminismo decolonial y la dominación simbólica de las mujeres en los cantos populares de Brasil

Resumen: Este artículo propone una reflexión que articula la Educación Musical, la Pedagogía Vocal, la Etnomusicología y los Estudios de Género. Busca investigar cómo las estructuras patriarcales, racistas y coloniales se manifiestan en las prácticas pedagógicas, especialmente en la dominación de los cuerpos y las voces femeninas. El debate se sitúa en el contexto del canto popular brasileño. El marco teórico se apoya en debates provenientes del feminismo decolonial y el ecofeminismo, que ofrecen una lente crítica para analizar las relaciones de poder y la dominación simbólica presentes en la educación vocal. La metodología adoptada consiste en una investigación bibliográfica en las áreas mencionadas, articulando conceptos y discusiones que evidencian las dinámicas de opresión y resistencia en las prácticas vocales. Se observa que el canto puede actuar tanto como instrumento de dominación como acto político y proceso de sanación subjetiva, lo que resalta la importancia de una pedagogía inclusiva, liberadora y que valore saberes no hegemónicos y modos diversos de expresión vocal. Este estudio subraya la relevancia de repensar la pedagogía vocal desde una perspectiva plural y crítica, con el fin de ampliar el debate sobre la colonialidad de las prácticas musicales y fomentar discusiones sobre la emancipación de las mujeres en contextos populares.

Palabras clave: Educación Musical, Feminismo Decolonial, Ecofeminismo, Pedagogía Vocal, Oposición de Género, Cantos Populares.





O presente artigo tem como objetivo uma reflexão a partir da articulação entre as áreas da Educação Musical, Pedagogia Vocal, Etnomusicologia e Estudos de Gênero. Tal perspectiva tem o intuito de investigar opressões sistêmicas e apontar caminhos para abordagens vocais comprometidas com a transformação a partir de uma ética que reconhece as diferentes formas de vida e maneiras de existir.

Feminismo decolonial

A investigação sobre de onde nasce a opressão das mulheres pelos homens foi tema de análise de muitas gerações de autoras. Pensadoras feministas dedicaram suas vidas a criticar, desconstruir e denunciar as desigualdades e injustiças de gênero em diferentes sociedades, épocas e realidades¹. Optamos aqui por adotar as perspectivas do feminismo decolonial e do ecofeminismo para construir nossa argumentação por acreditar que tais abordagens oferecem instrumental mais adequado para a análise da opressão de gênero nas realidades brasileiras contemporâneas.

O pensamento decolonial estruturou importante teoria crítica à modernidade e ofereceu conceitos que denunciam a lógica de dominação e exploração do mundo a partir de uma epistemologia que respalda hierarquias e violências. Partindo de conceitos como colonialidade do poder, do saber e do ser, invenção da raça como categoria social, e dos processos pelos quais o colonizador se posiciona como superior aos colonizados, teceu-se uma densa análise dos mecanismos que mantêm explorações e subalternizações numa rede político-econômica-subjetiva de alcance mundial.

Destacamos aqui a importância das elaborações decoloniais a nível de construção narrativa, revelando a função da linguagem não apenas no âmbito da comunicação, mas como eixo fundamental dos processos psíquicos e intelectuais. Ter repertório linguístico – e aqui não nos referimos necessariamente à linguagem

¹ Embora concordemos com a crítica formulada por feministas decoloniais acerca da inadequação da universalização da categoria gênero — assim como de outras categorias predominantes no feminismo hegemônico — para compreender a situação das mulheres em todas as sociedades, reconhecemos a utilidade dessa categoria para análises no contexto brasileiro.





formal – possibilita o desenvolvimento intelectual e elaboração das (próprias) narrativas. Voltaremos ao assunto adiante.

Os colonizadores impuseram uma ordem política, econômica e subjetiva que mantém e atualiza privilégios mesmo hoje, quando a relação metrópole-colônia está desfeita. Lugones (2020) chama atenção para o fato de que, apesar das fundamentais contribuições do grupo modernidade colonialidade, a abordagem feita sobre a categoria gênero mantém a lógica de dominação colonial. A autora afirma que, assim como a categoria raça, a opressão de gênero é também pilar fundamental na consolidação da modernidade e que análises críticas que deixam de abordar tal ponto atuam em alguma instância na manutenção de cânones coloniais. Emerge aqui a colonialidade de gênero, importante elaboração do feminismo decolonial (Lugones, 2020).

Assim, o racismo, o patriarcalismo, o classismo, o especismo, o capacitismo formam a rede epistêmica estruturante do capitalismo e são instâncias fundamentais para a instauração do sistema mundo moderno (Lugones, 2020; Curiel, 2013; Tiburi, 2018). Em diálogo com o legado das feministas negras, com o feminismo chicano, com os estudos pós-coloniais e com o pensamento decolonial, Lugones propõe uma expansão do pensamento feminista interseccional, que versa sobre a necessidade de cruzar diferentes opressões como raça, classe e gênero. Além de inserir o dado da colonialidade como fundamental para pensar a condição de mulheres na América Latina, Lugones afirma que as categorias descritas pela interseccionalidade podem pressupor a existência de identidades neutras que antecedem a intersecção. Porém, estas não são categorias separadas que se unem, mas que, desde sempre, a partir da vivência dos sujeitos, estão unidas.

Reconhecer a categoria sexo como construção social — assim como ocorre com a categoria raça — é fundamental para compreendermos com maior profundidade a estrutura de opressão. Isso não implica a negação das diferenças biológicas, mas sim o reconhecimento de que a própria biologia nasce e se desenvolve segundo determinado aparato discursivo. Torna-se igualmente fundamental observar como a sexualidade opera como categoria estruturante nessa análise. Assim, através da heterossexualidade compulsória, que impõe o controle dos corpos e sua reprodução, admitindo o que entende como "normal" e





rejeitando os dissidentes, fabrica-se subjetividades e normatividades que sustentam e retroalimentam, em diferentes âmbitos, o sistema-mundo colonial-moderno.

A opressão das mulheres, por sua vez, constitui um alicerce fundamental desse sistema ao confinar o trabalho feminino à reprodução, ao cuidado e à manutenção da vida sem reconhecimento econômico, liberando o trabalho masculino para a acumulação capitalista. O controle dos corpos femininos garante a reprodução da força de trabalho e a continuidade das hierarquias sociais. A associação entre mulher e natureza legitima a exploração tanto dos corpos quanto do meio ambiente, enquanto a desqualificação dos saberes tidos como femininos fortalece a supremacia da ciência e da técnica patriarcais. A imposição de normas familiares patriarcais, a racialização da opressão e a normalização da violência de gênero consolidam estruturas coloniais e capitalistas, reproduzindo desigualdades globais em benefício de uma elite masculina e branca.

Humilhação como tecnologia política

Diversas autoras e autores destacam a profunda violência simbólica desempenhada por esse sistema. Nuñez (2023), ao cunhar o termo “etnogenocídio”, ressalta que a proibição da cultura, da língua, das práticas religiosas, das vestimentas, assim como a subalternização, em suma, e a negação do mundo simbólico de alguém, já é um assassinato. Sobre isso, no campo da Música, Queiroz (2017) discute o conceito de epistemicídios musicais. Tiburi (2015) afirma:

Ora, as vezes em que fomos humilhados, ou seja, menosprezados e diminuídos, nos marcaram profundamente. A humilhação mata alguma coisa em nós, por isso podemos dizer que ela é o primeiro grau da eliminação de alguém; o assassinato é o último grau. Entre o menosprezo e a morte, há uma linha na qual transitam intensidades de violências. Todas implicam o apagamento, o silenciamento, a invisibilização, a negação até a eliminação completa do outro (Tiburi, 2015, p. 18).

Tiburi (2015) argumenta ainda que o trauma colonial, por ferir profundamente as subjetividades e cometer abusos inclusive a níveis psicológicos e cognitivos, pode contribuir para a formação de personalidades autoritárias. Segundo a autora, a partir de tal ferida, é possível identificar diferentes processos de subjetivação. Alguns deles se dão de maneira similar ao que se denomina “síndrome de





estocolmo”, em que a vítima se identifica com o agressor. No contexto sociopolítico contemporâneo do Brasil, a expressão popular “pobre de direita” vem sendo utilizada como um exemplo de tais perfis (Tiburi, 2021). Embora os mecanismos que levam mulheres a defender e reproduzir o sistema patriarcal que as oprime não sejam objeto direto deste estudo, é possível observar certa convergência nesses processos de subjetivação, marcados por vínculos complexos entre opressão, identificação e reprodução da norma.

Assim, replica-se em diferentes níveis a prática da humilhação e do autoritarismo, perpetuando uma lógica masculinista, colonial e violenta que mantém (a própria) subalternização. Nuñez (2023) afirma que a epistemologia hegemônica cristã, patriarcal, racista, heterossexual, eurocentrada está pulverizada em diversos âmbitos de nossa vida e engendradora em instituições como escola, Estado, religiões etc. Ela opera por variadas lógicas, que, por sua vez, forjam uma moral que estrutura condutas.

Narrativa como artilharia

“A narrativa não descreve o mundo, o cria” (Vila, 1996). A narrativa tem importância central nos processos de dominação. A partir da narrativa, disputa-se o mundo. Autores como Rufino (2021), Nuñez (2023) e Queiroz (2017) afirmam que antes de golpes ao corpo físico, ataques simbólicos via narrativas já foram fortes o suficiente para deixar inúmeros fracos, feridos e mortos. Dessa forma, em certas situações nem será preciso que o conflito ecloda fisicamente e, se chegarmos às vias de fato, “o outro” estará enfraquecido em suas convicções interiores via mecanismos de humilhação, culpa, dúvida, confusão, cedendo mais facilmente ao medo, à chantagem, à conversão a uma lógica comprometida com a dinâmica do capital.

Dentre os mecanismos ético-epistêmicos mantenedores da lógica da exploração via linguagem, destacamos os binarismos coloniais atuantes desde os processos de subjetivação até as dinâmicas políticas e econômicas da sociedade. Nuñez (2023) denomina identidade parasitária o mecanismo pelo qual é preciso negar/anular o outro para afirmar a própria existência e valor. Assim, nega-se/condena-se o diferente para moralmente, afirmar uma “normalidade”. Dessa forma,





ainda operamos em lógicas onde a heterossexualidade é considerada o “normal”; a ideia de “homem” e de “mulher” corresponde a um ideal branco, cisgênero, heterossexual; o cristianismo é instaurado como religião hegemônica, entre outros. Binarismos como humano/natureza e natureza/cultura interessam especialmente à nossa argumentação, como veremos a seguir.

Ecofeminismo – Análise da lógica que autoriza a exploração “do outro”

O ecofeminismo animalista reúne teorias e práticas que reconhecem o sexismo e o especismo – isto é, a opressão de mulheres, de animais e da natureza – como manifestações de uma mesma lógica de dominação (Dias, 2023; Motta; Galani, 2021; Colerato, 2021). Dessa forma, “enquanto houver abatedouros haverá guerras. Enquanto houver opressão sistêmica para com um, haverá opressão sistêmica para com todos” (Colerato, 2021). A naturalização da mulher como ser inferior ao homem reflete a mesma estrutura que naturaliza a inferioridade dos animais em relação aos humanos. Assim como a mulher é tratada como um objeto a serviço do homem e do sistema, os seres não humanos e o meio ambiente também são reduzidos a objetos de uso humano e sistêmico.

Entre as ideias desenvolvidas pelo movimento, estão: a crítica ao modelo técnico-ocidental de desenvolvimento, que dissemina uma noção moderna de progresso dissociada da ética do cuidado e da preservação da vida em suas múltiplas formas; a crítica aos dualismos hierarquizantes que sustentam diferenciações e subordinações entre existências; e a observação de que pertencer a uma classe oprimida não impede que se reproduza opressões sobre outros. O ecofeminismo, portanto, enfatiza a necessidade de articular sexismo e especismo de maneira integrada e relacional, uma vez que ambos se fundamentam em uma lógica comum de dominação que legitima a violência e a subordinação de vidas.

Retomando o tema da narrativa como operação de guerra, Nuñez (2021) afirma que a comparação de humanos a animais com o intuito de rebaixá-los é uma tecnologia discursiva usada pela lógica colonizadora. Tal ação linguística está assentada nos binarismos e hierarquizações descritos anteriormente. Assim, a autora descreve um zoológico colonial, onde termos como “veadinhos”, “piranhas”, “éguas”, “cobras”, “macacos”, “porcos”, “burros” etc. buscam produzir humilhação





no “outro”. Sobre a experiência com a alteridade, Tiburi (2015) afirma que, segundo essa lógica, “os [outros - diferentes que não servem ao sistema - são] imprestáveis e devem perecer porque não deveriam sequer existir. Se existem, são culpados e se são culpados estão condenados” (Tiburi, 2015, p. 41). Tal lógica que tem em sua base o ímpeto da homogeneização a partir do extermínio respalda, segundo a autora, a subjetividade e as práticas fascistas presentes nos contextos brasileiros contemporâneos.

A autora guarani Geni Nuñez (2021) afirma que, segundo as epistemologias de seu povo, rios, animais e floresta são considerados parentes, sendo motivo de orgulho qualquer comparação a eles. De maneira semelhante, Krenak (2021) observa que a humanidade é um clube onde cabe pouca gente, indicando o estreitamento das relações humanas frente a outras formas de existência. O sociólogo Viveiros de Castro (1996), ao cunhar o conceito de perspectivismo ameríndio, descreve uma rede epistêmica que prevê a interlocução entre humanos, animais, meio ambiente e práticas animistas.

Rufino (2021), por sua vez, explora as interações entre humanos e mais-que-humanos nas culturas afro-brasileiras. Segundo o autor, “não basta catar a folha, é preciso saber cantá-la” (n.p.), e, nesse sentido, a folha ensina. A imagem evoca saberes ancestrais e convoca a uma escuta atenta à sabedoria silenciosa da natureza. Destacamos ainda o conceito de caravelas epistêmicas, desenvolvido por Nuñez (2023), que afirma que grande parte dos nossos saberes ancestrais negros, indígenas, quilombolas são apropriados pelos colonizadores e vendidos para nós como se fossem avançadas descobertas modernas.

A presença dessas práticas e visões ancestrais é amplamente identificada nas culturas populares do Brasil, especialmente nas canções. Isso reforça a afirmação de que as canções populares, como expressões de tradição oral, carregam presenças, saberes e narrativas contra-hegemônicas. Entretanto, em determinado momento de nossa formação – sobretudo no âmbito dos processos formais –, passamos a nos estranhar, a perceber a nós mesmos como “os outros”, desvalorizando e rejeitando lógicas que estruturam nossa própria subjetividade. Nesse gesto reside o mecanismo da violência colonial no âmbito sensível: a





negação de si mesmo, por meio do apequenamento e da humilhação impostos pelas narrativas hegemônicas.

É quando as palavras se desmancham em pulsão física, em emoção negativa, em vergonha de existir como se é, que o processo de colonização triunfa. É nesse momento que somos furtados no que temos de mais precioso: a capacidade de nos auto reconhecer e de nos valorizar enquanto sujeito. Perder-se disso é estar fraco e vazio a níveis alarmantes. E é justamente neste ponto que fica evidente a funcionalidade da violência no âmbito sensível – descrita como colonialidade do ser – para a manutenção do sistema capitalista que precisa de trabalhadores e consumidores compulsivos e pouco críticos.

Cantos de guerra

As relações entre cantos populares do Brasil e contextos de opressão são um tema rico e com muitas nuances. Nossa abordagem parte da premissa de que os cantos são narrativas, e que, portanto, conforme mencionado anteriormente, disputam o mundo. Outra constatação importante sobre esses cantos é que são cultura de tradição oral. Martins (2003), importante estudiosa das oralidades, afirma que tais culturas trazem consigo funcionamentos, estéticas, modos de transmissão, memórias e saberes alternos àqueles impostos pelos colonizadores, e, que neste sentido, o corpo é seu lugar de inscrição e suporte de símbolos. As performances da oralitura e seus rituais são capazes de, via processos narrativos que estão para além da palavra, subverter as lógicas de opressão dominantes e fortalecer os participantes para movimentos de autonomia, autovalorização... libertação.

O gesto que cura

Cantar é ação com o corpo inteiro. Longe de ser uma atividade apaziguadora, desconectada de contextos políticos, o canto é expansão de si, afirmação da própria voz, a que se enreda à língua e aos jogos de linguagem, mas também escapa deles. O canto, em sua característica física, sonora, linguística, subjetiva, individual e coletiva, é o trabalho que ajuda a enfrentar o quebranto do triunfo colonial. O canto é capaz de devolver o sujeito para si mesmo. Em nossa





perspectiva, é justamente aí que reside uma das potências mais transformadoras do ato de cantar – e é nesse sentido que desenvolvemos nossa pedagogia vocal.

Patriarcado musical

Como mencionado anteriormente, a opressão contra as mulheres no campo musical se manifesta de forma estrutural. Entre as formas como isso ocorre, destacam-se a representação estereotipada das figuras femininas nas letras das músicas e a exclusão sistemática das mulheres dos espaços de criação, produção e reconhecimento. Frequentemente, elas são retratadas como objetos de desejo ou submissão, enquanto sua atuação como compositoras, instrumentistas e produtoras é apagada ou desvalorizada. A indústria musical também exerce controle sobre seus corpos e vozes, impondo padrões estéticos normativos que restringem sua liberdade expressiva. Essa lógica reforça desigualdades de gênero e silencia perspectivas femininas, negando às mulheres o direito de narrar a si mesmas e de ocupar posições de protagonismo na música (Requião, 2018; Ribeiro, Ponciano, 2018; Prado, 2019; Green, 2017; Geraldo, 2022; Alves, 2023).

No âmbito da Educação Musical, a opressão de gênero se manifesta através da reprodução de estruturas patriarcais que associam o feminino ao natural e ao corpo, enquanto atribuem ao masculino os espaços de poder, criação e intelectualidade. Lucy Green (2017) aponta para uma política sexual dos instrumentos musicais, segundo a qual há uma divisão sexual do trabalho musical, onde o canto – especialmente o canto feminino – é visto como expressão “natural” do corpo, desvalorizando sua complexidade artística e técnica.

Isso reforça a ideia de que mulheres “apenas cantam”, enquanto os homens compõem, produzem, dirigem – pensam. Esse processo é parte do que Green (2017) chama de patriarcado musical, que, a partir de uma economia masculinista, estrutura currículos, repertórios e critérios de validação na Educação Musical de forma a privilegiar homens brancos, cisgêneros, burgueses e ocidentais. A escola, como destacam autores como Alves (2023) e Louro (2001), torna-se, assim, um dos principais espaços de reprodução dessas desigualdades, normatizando corpos e subjetividades por meio de uma pedagogia que silencia e exclui.





Destacamos aqui alguns trabalhos que buscaram levar a discussão para uma dimensão prática, propondo estratégias pedagógicas ancoradas no debate apresentado. Fontoura (2016) desenvolveu uma oficina em escola pública com estudantes em situação de vulnerabilidade social, articulando História e Música com foco na contribuição de mulheres no cenário artístico. A autora investigou diferentes formas pelas quais a expressão musical pode se configurar como espaço de emancipação. A pesquisa evidencia que a prática coletiva de composição e performance não apenas recupera trajetórias de artistas invisibilizadas, mas também favorece a construção de narrativas próprias pelas participantes. O estudo ressalta a experiência musical como instrumento de empoderamento e ferramenta para uma leitura crítica da História.

No campo da Música, pesquisas recentes vêm incorporando o debate feminista e decolonial. Rosa e Nogueira (2015) discutem epistemologias feministas aplicadas à criação musical, ressaltando o papel das cantautoras e do *artevismo* como formas de resistência e pedagogia crítica. Em continuidade, Rosa *et al.* (2017) apresentam o projeto *Feminaria Musical*, que alia pesquisa e performance para romper silenciamentos em torno de gênero, raça e sexualidade, ao mesmo tempo em que mapeia a escassa produção acadêmica sobre mulheres e música no Brasil. Müller (2021) historiciza o conceito de gênero a partir da antropologia feminista, propondo sua incorporação às práticas músico-pedagógicas como ferramenta de emancipação.

Alguns estudos investigam performances e trajetórias artísticas a partir de perspectivas feministas. Prado (2019) analisa espetáculos de Maria Bethânia, Elis Regina e Elza Soares, evidenciando como a interpretação vocal feminina, frequentemente subestimada em comparação à autoria masculina, se constitui como gesto de desobediência estética e política. Werneck (2007) relembra criticamente a história do samba a partir da figura da *ialodê*, propondo uma leitura que desloca os estereótipos sobre as mulheres negras e destaca o protagonismo de Leci Brandão, Alcione e Jovelina Pérola Negra na cultura midiática brasileira.

Martins (2023) analisa a vida e a obra de Elza Soares a partir da perspectiva da interseccionalidade, destacando como a trajetória da cantora se torna referência política e cultural na luta contra o racismo, o sexismo e as desigualdades. As





pesquisas convergem no posicionar da música como espaço de enunciação e resistência, mostrando como artistas mulheres constroem contranarrativas potentes que desafiam a ordem patriarcal presente em diversos âmbitos sociais. Os trabalhos reafirmam, ainda, a necessidade de deslocar a Educação Musical para perspectivas críticas, capazes de reconhecer a centralidade das mulheres na produção musical e cultural brasileira.

Na pedagogia vocal, a opressão de gênero se intensifica pela centralidade do corpo e da voz como instrumentos de ensino e expressão. Autoras como Mariz (2013) e Valle (2023; 2024a; 2024b; 2025) denunciam práticas pedagógicas que desumanizam o corpo, dissociando técnica de emoção e neutralizando as vozes dissidentes. A valorização de padrões técnicos eurocentrados – como vibratos, tessituras específicas ou a dicção normativa – exclui modos de emissão vocais afro-brasileiros, indígenas e populares, tratados como “folclóricos” ou “não técnicos” (Valle; Mariz, 2023). Além disso, impõem-se normas cis heteronormativas que associam tipos vocais a gêneros binários, corrigindo, por exemplo, “voz de menina” em meninos como erro técnico (Mota *et al.*, 2024). A ausência de escuta ativa das vozes marginalizadas, a falta de espaço para a experimentação e a criação coletiva e a supremacia da tradição ocidental silenciam subjetividades e fragilizam a emancipação vocal.

Cantar não garante que se tenha voz – reflexões sobre “o país das cantoras”

Há algo anterior ao grito. Algo silencioso, interno e particular. Gostaríamos de recorrer aqui aos processos de subjetivação investigados por feministas como Beauvoir (1949), Gilligan (2021) e Tiburi (2015; 2018; 2021). Chamaremos à roda Paulo Freire em sua Pedagogia do Oprimido (1970), assim como as reflexões de Martins (2003) sobre a potência das performances enquanto locus de reformulação de narrativas coletivas. Tentaremos exprimir uma síntese, que não esgota o tema, de que há um trabalho fundamental a ser feito que é anterior às propagandas contra a violência à mulher, até mesmo políticas de proteção, inclusão e acesso delas a lugares de poder – reconhecendo que essas medidas são absolutamente essenciais e insubstituíveis. Há um trabalho sensível fundamental a ser feito, como uma cura à extrema desautorização que, em geral, as mulheres sofrem em seus





processos de socialização, e que deixa marcas inapagáveis em sua subjetividade, autoestima e na forma pela qual se reconhecem e proclamam sujeitos.

Um dos encarceramentos mais terríveis de escapar é aquele invisível, introjetado via tramas patriarcais-coloniais. Sua principal consequência é impedir que pessoas se saibam pessoas e que, por isso, não cheguem a gozar de seus direitos, não tenham a autorização interna para acessar políticas já existentes que as protegeriam/beneficiariam, não se posicionem como seres cujas dores têm legitimidade nas lutas por justiça social e dignidade. No âmbito da educação vocal, o trabalho pedagógico é necessariamente sensível que desata esse nó interior e faz com que uma mulher se saiba sujeito é o que chamamos de cantar e ter voz. Fica evidente aqui a existência de cantores(as) tecnicamente competentes, mas pouco autônomos(as) com relação à autoria de suas vozes, e essa é uma cicatriz do sistema político que vivemos.

Canários

A expressão “canários”, muito utilizada em certos meios da música popular, parece sintetizar boa parte dos argumentos apresentados até aqui. Ora, se o Brasil é popularmente conhecido como “o país das cantoras”, se há uma grande presença de mulheres cantoras nos meios musicais — dentro e fora da academia (Alves, 2023; Velon, 2022) —, e se considerarmos tanto a política sexual dos instrumentos musicais (Green, 2017) quanto as afirmações ecofeministas de que as mulheres são animalizadas pela lógica patriarcal com o intuito de serem diminuídas, humilhadas e exploradas, então não surpreende que se diga que os canários são aqueles que “só cantam, mas não sabem nada de música” — referindo-se ao domínio da teoria musical, de instrumentos harmônicos etc. É justamente nesse ponto que se instaura uma economia hierarquizante dos instrumentos musicais, implicada na lógica masculinista-patriarcal-colonial, tão presente e conhecida por quem frequenta grande parte dos ambientes musicais.

Performance como revolução

Autoras como Martins (2023), Geraldo (2022), Prado (2019), Requião (2018), Ribeiro, Ponciano (2018), entre muitas outras, denunciaram diversas lógicas e





práticas misóginas operando nas culturas populares do Brasil. Algumas destas pesquisas analisam como o patriarcado opera em mundos musicais específicos, o que torna a crítica social ainda mais potente. Concordamos com as autoras e destacamos a importância de pesquisas com este caráter.

Num movimento colaborativo com tais argumentações, chamamos a atenção para o fato de existirem cantoras que, com a força de suas performances, foram agentes ativas numa rede de emancipação epistemológica da pauta feminista e ecofeminista. Tais artistas promoveram revoluções culturais, que provocaram mudanças nos costumes, fissuras na ética e moral vigentes. Retomamos aqui as discussões trazidas por Martins (2003) sobre performances da oralitura como locus de concepção e maturação de movimentos alternos e interruptivos à hegemonia homogeneizante.

Assim, pudemos ver e ouvir mulheres na música popular que, ainda que em realidade hostil, com instituições que operam para sua morte, inventaram brechas, de autoafirmação, dignidade, voz própria e poder. O resgate de suas biografias, a análise dos mecanismos pelos quais operaram seus feitos e os legados que deixaram revelam uma lacuna na produção bibliográfica da área de Música no país. Precisamos conhecer essas mulheres. Elas nos oferecem repertório de luta, aquela potente a ponto de brigar a partir de outros paradigmas epistemológicos e éticos – paradigmas alternos à lógica patriarcal que mais aprisiona que liberta.

O que há de feminino na Educação Vocal?

Este tópico entrelaça os três pilares da nossa discussão – educação, canto e discussões feministas. A escolha da palavra “feminino” no título poderia passar despercebida para o leitor(a) desavisado(a), mas chama a atenção para o fato de que o que é reconhecido como feminino desde condutas a modos de ser e estéticas é construído via uma narrativa biologizante que estrutura a ideologia patriarcal e naturaliza, e justifica o sistema de opressão. A própria categoria “mulher”, necessariamente enredada nos contextos de servidão e subalternização, é uma criação narrativa que sustenta o sistema mundo moderno (Lugones, 2020).

O referencial teórico demonstra que, no contexto brasileiro, mulheres ocupam majoritariamente os campos da educação e do canto. Para além dos





dados quantitativos, destacamos que a construção narrativa presente em estereótipos que se formam em torno das áreas aponta para a existência de camadas mais profundas nas relações políticas e sociais que envolvem tais áreas. Consideramos que essas relações, se estudadas à luz do feminismo – na sua dimensão de teoria crítica –, podem oferecer uma melhor compreensão de nossas práticas e apontar caminhos para avançarmos.

De uma maneira introdutória, situamos neste artigo a educação, o canto e as discussões feministas como frentes potentes na luta contra a opressão da mulher. Em algum grau², a abordagem e tratamento de traumas, além da elaboração de outras formas de existir, são possíveis através das formulações críticas das autoras, do caráter de movimento social e do compromisso pessoal com a agenda feminista. Tal movimento envolve necessariamente a educação no seu sentido mais amplo.

A educação é abordada neste artigo não apenas como aquela prática que se restringe aos ambientes formais, organizada em disciplinas que compõem os currículos forjados na lógica em que estamos no movimento de desconstruir. Evocamos o entendimento de educação conforme situado pelos autores aqui citados, que concebe uma outra relação – e, conseqüentemente, uma outra forma de aprendizagem – do que se chama humano com o meio ambiente, com os animais; que entende que o direito à vida e à dignidade deve ser extensivo a diferentes existências e que, por romper com os binarismos coloniais, é capaz de servir à luta das mulheres por justiça.

O canto, nesse tripé, é uma prática cultural que pode ser lida como forma de agência. Além de manifestação artística, ele é também um instrumento simbólico por meio do qual sujeitos performam identidades, elaboram sentidos, reconstroem a si e resistem a estruturas normativas. Cantar, para muitas mulheres, é um ato de coragem e transgressão ao sistema. É afrontar o silenciamento histórico imposto por estruturas patriarcais, racistas, coloniais. A perspectiva feminista, nesse sentido, permite ampliar o entendimento do canto como prática que atua na constituição

² Destacamos a natureza transdisciplinar e complexa da problemática em questão. O tratamento de traumas, frequentemente, exige a mobilização de debates da área da saúde. Este estudo, entretanto, concentra-se nos campos da educação, da arte e da expressão, evitando pretensões de cura unívoca ou de totalização das interpretações propostas.





do sujeito, na elaboração de afetos e na crítica aos sistemas de dominação. Assim, pensar o canto na intersecção com a educação feminista é também propor outras formas de escuta, outros modos de ensinar e aprender – mais comprometidos com a dignidade e com a pluralidade das existências.



Referências

- ALVES, Aldrey Cristine. **As marcas da desigualdade de gênero na escolarização e educação musical**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 2009. *Publicado originalmente em 1949*.
- COLERATO, Bruna. **O que é Ecofeminismo e suas vertentes**. [s. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (10 min). YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BHp0KJNS8M>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2013.
- DIAS, Maria Clara. **Maria Lugones e a crítica ao pensamento colonial**. 2023. [vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/YELnv47ZENg>. Acesso em: jan. 2025.
- FONTOURA, Pamela Camila da Silva. **Práticas em música e empoderamento feminino: a oficina interdisciplinar de História e Música como fonte para a pesquisa histórica**. 2016. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- GERALDO, Nathália Maria Freitas Duarte. **Machismo e racismo na música: as mulheres negras no pagode dos anos 1990**. 2022. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: teoria psicológica e o desenvolvimento feminino**. Trad.: Ana Maria G. L. Ioriatti. Petrópolis: Vozes, 2021.
- GREEN, Lucy. Identidade de gênero, experiência musical e escolaridade. **Revista Música, Psicologia e Educação**, n. 2, p. 47–64, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.26537/rmpe.v0i2.2401>. Acesso em: fev. 2025.
- KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 112p.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 123–138.



LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52–83.

MARIZ, Joana Souza de. **Entre a expressão e a técnica: a terminologia do professor de canto** – um estudo de caso em pedagogia vocal de canto erudito e popular no eixo Rio–São Paulo. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110657>. Acesso em: jan. 2023.

MARTINS, Larissa Papa Nogueira. **O grito da “mulher do fim do mundo”:** feminismo descolonial, subjetividades e rebeldias na vida e obra de Elza Soares (1930–2022). 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6187>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 63–81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: jan. 2023.

MOTTA, Ana; GALANI, Bruna. **O que é Ecofeminismo e suas vertentes**. 2021. 10 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BHp0KJNS8M>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MOTA, Yanaêh Vasconcelos; OLIVEIRA, Mário André Wanderley; BARBOSA, Francisco Ernani de Lima; SAMPAIO, Michel Vincent de Oliveira. Gênero e sexualidade na educação musical escolar: vamos pensar juntas? **Revista Música e Educação Brasileira**, v. 13, n. 1, p. 1–16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33054/MEB131603>.

MÜLLER, Vânia Beatriz. Historicizando o conceito de gênero: da antropologia feminista à educação musical. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 29, p. 199–213, 2021. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/952>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 15, n. 40, p. 2–31, 2023.

PRADO, Bruna Queiroz. **Para gritar o céu: o canto como desobediência feminina à cultura dos homens**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636853>. Acesso em: jun. 2023.



QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical é cultura: nuances para interpretar e (re)pensar a práxis educativo-musical no século XXI. **Debates**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 163-191, 2017.

REQUIÃO, Luciana Souza. Trabalho, música e gênero. In REQUIÃO, Luciana Souza. **Música e gênero: reflexões sobre a produção e a recepção da música brasileira**. São Paulo: Editora Música e Cultura, 2018. p. 123-138.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; PONCIANO, Jéssica Kurak. O discurso patriarcal através da música popular brasileira: uma análise das canções misóginas do século XX. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 4, n. 1, p. 9-24, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8121>. Acesso em: jun. 2025.

ROSA, Laila; NOGUEIRA, Isabel. O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música. **Revista Vórtex**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 25-56, 2015.

ROSA, Laila. Pode performance ser no feminino? **Revista Vórtex**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 25-56, 2015. DOI: <https://10.33871/23179937.2015.3.2.887>.

ROSA, Laila; LAGO, Jorgete; SOBRAL, Rebeca; LIMA, Cristiane Conceição; ROBERT, Ítalo; AMARAL, Maiara. Rompendo com os silenciamentos: cantando gênero, raça e sexualidade na produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil. **Revista Vórtex**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 25-56, 2015. DOI: <https://10.33871/23179937.2015.3.2.887>.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TIBURI, Márcia. **Complexo de vira-lata: raízes coloniais do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

VALLE, Simone Franco. **Aspectos do processo de ensino-aprendizagem dos cantos de música popular brasileira**. Rio de Janeiro, 2023. 270 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.



VALLE, Simone Franco. Cantos populares do Brasil e outras epistemes: uma pedagogia vocal para a diversidade. In CONGRESSO DA ANPPOM, 34., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANPPOM, 2024a. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2024/papers/2861/public/2861-10895-1-PB.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

VALLE, Simone Franco. Do entoar de mundos à invenção de si: reflexões sobre o caráter de fala nos cantos de música popular brasileira. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 34., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANPPOM, 2024b. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2024/papers/2167/public/2167-10811-1-PB.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

VALLE, Simone Franco. Ensino dos cantos de música popular brasileira: perspectivas culturais e diretrizes pedagógicas. **Opus** (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música), Vitória, v. 31, e253108, p. 1–16, 2025.

VALLE, S. F.; MARIZ, J. S. Educação vocal é um fenômeno culturalmente situado. Reflexões pedagógicas para o ensino dos cantos de música popular brasileira. In XXXIII Congresso da ANPPOM, 2023, São João del Rei. **Anais...** Minas Gerais, 2023, p. 1–15. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2023/papers/1963/public/1963-7906-1-PB.pdf. Acesso em: jun. 2025.

VELON, Marcela. “Brasil, o país das cantoras: Reflexões sobre colonialidade de gênero e canto popular brasileiro.” **Anais do VII SIMPOM**, n. 7, 2022, publicado 02 mar. 2023. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/12467/12337>. Acesso em: jan. 2024.

VILA, Pablo. “Identidades narrativas y música. Una primera propuesta teórica para entender sus relaciones”. **Transcultural Music Review**. 2, November, 1996. Disponível em: <https://www.sibetrans.com/trans/articulo/288/identidades-narrativas-y-musica-una-primer-propuesta-para-entender-sus-relaciones>. Acesso em: 13 mar. 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115–144, out. 1996.

WERNECK, Jurema. **O samba segundo as ialodês**: mulheres negras e cultura midiática. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10. Acesso em: 28 ago. 2025.



Simone Franco Valle é doutoranda e mestre em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em Pedagogia vocal pela Faculdade Santa Marcelina (FASM) e licenciada em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Desenvolve pesquisa sobre o ensino dos cantos populares do Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7111507361934523>

